


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**

 Rua Albano Buzo, 367, ., Jardim Mariana - CEP 14815-000, Fone: (16)  
 3343-2104, Ibaté-SP - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**DECISÃO**

Processo Físico nº: **0004557-93.2012.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa**  
 Requerente: **Ministério Público do Estado de São Paulo e outro**  
 Requerido: **José Luiz Parella**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares** assumindo esta Vara Distrital até instalação de sua nova vara, conforme designação da E. Presidência do TJSP.

Vistos.

Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão de fls. 306/320 sob o argumento de que o Juízo não se pronunciou no que consistiria o dolo do embargante e não esclareceu se seria possível a publicação com dispêndio de recursos próprios.

As razões recursais se encontram às fls. 335/338.

\*\*\*\*\*

**DECIDO.**

Conheço dos embargos, pois tempestivos.

No mérito, não lhes dou provimento. Aliás, os embargos são **manifestamente protelatórios** como se verá:

Como assevera Barbosa Moreira são cabíveis os embargos de declaração “quando o órgão judicial se houver omitido quanto a algum ponto que devia pronunciar-se – isto é, quanto à **matéria pertinente e relevante**, suscitada pelas partes ou


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, ., Jardim Mariana - CEP 14815-000, Fone: (16) 3343-2104, Ibaté-SP - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

elo Ministério Público, ou apreciável de ofício”<sup>1</sup> (*grifou-se*)

Nem poderia ser diferente. Veja-se a respeito pronunciamentos do Colendo Superior Tribunal de Justiça e Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, afinados com a necessidade de celeridade processual e garantia do **direito fundamental à razoável duração do processo** (art. 5º, LXXVIII CRFB/88):

“[...] O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes” (STJ, 1ª Turma, AI 169.073-SP, Rel. Min. José Delgado, v.u., DJU, 17.8.98, p.44)

“ O Juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e, tampouco, a responder um a um todos os seus argumentos” (**RJTJSP**, Lex, 115/207; no mesmo sentido RSTJ 148/356 e RT 797/332).”

Analisando tal posicionamento pretoriano infere-se que **até mesmo sobre o mérito da causa** não é necessário que o juiz aja como perito, respondendo pormenorizadamente todos os itens invocados pelas partes.

Com amparo, vez mais, na jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça registro que “cabe às partes buscar a solução da lide em vez de abarrotar o Judiciário com recursos desnecessários. A sociedade está a espera da rápida, justa e eficiente prestação jurisdicional, muitas vezes obstada pelo número de recursos protelatórios ou manifestamente incabíveis”<sup>2</sup>.

Dessa feita, não há omissão, obscuridade, dúvida ou contradição no julgado que decidiu as questões relevantes postas pelas partes nos limites

<sup>1</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O novo processo civil brasileiro**. 22. ed. p.155

<sup>2</sup> Precedentes do STJ: Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 932429/MS (2007/0155367-4), 2ª Turma do STJ, Rel. Humberto Martins. j. 03.06.2008, unânime, DJ 16.06.2008; Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 688602/SP (2005/0106034-0), 2ª Turma do STJ, Rel. Humberto Martins. j. 15.04.2008, unânime, DJ 25.04.2008 e Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 573024/MG (2004/0005676-0), 2ª Turma do STJ, Rel. Humberto Martins. j. 04.12.2007, unânime, DJ 14.12.2007.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, ., Jardim Mariana - CEP 14815-000, Fone: (16)

3343-2104, Ibaté-SP - E-mail: [ibate@tjsp.jus.br](mailto:ibate@tjsp.jus.br)**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

em que traçada a controvérsia.

As razões contidas na sentença são mais do que suficientes para justificar a condenação imposta. O Juízo consignou que "o réu agiu de forma consciente, premeditada, com claro e inequívoco objetivo de divulgação para fins eleitorais, em ano eleitoral, visando à eleição de seu sucessor", o que basta para qualificar o dolo da conduta. O dolo é evidente. Igualmente evidente que a obrigação de não-fazer encampa outras publicações de qualquer natureza com recursos próprios, pois exatamente por isso o réu foi condenado.

Verifico que a **diminuta importância** do "vício" apontado na decisão não tem outro objetivo senão o de dilatar o prazo de eventual recurso e retardar o trânsito em julgado do *decisum* com **evidente desrespeito ao princípio da razoável duração do processo**.

Portanto, ressaí patente o intuito protelatório do recurso avariado, incidindo o embargante nas penalidades legais.

\*\*\*\*\*

Diante disso, **NEGO PROVIMENTO** aos embargos de declaração para manter a sentença tal como lançada.

Conforme motivação retro, **CONDENO** o embargante à multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do § único do artigo 538 do Código de Processo Civil.

**Int-se.**

Ibaté, 28 de abril de 2014.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, ., Jardim Mariana - CEP 14815-000, Fone: (16)  
3343-2104, Ibaté-SP - E-mail: [ibate@tjsp.jus.br](mailto:ibate@tjsp.jus.br)

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**